



O Sapo no poço: o uso dos dispositivos móveis nos protestos rurais na China

Guilherme Henrique Gooda ANTÔNIO¹
GT 2 - Práticas Socioculturais

RESUMO

Conta a fábula taoísta que havia um sapo sentado no fundo de um poço. Lá, ele havia passado toda a sua vida. Certo dia um pássaro chegou-se a beira do poço e contou ao sapo sobre o mar e a visão do sapo foi alterada. A ampliação das redes de telecomunicação na China e o acesso aos smartphones, permitiu com que populações antes isoladas ganhassem voz e se organizassem buscando soluções para demandas locais. Esse artigo discute e apresenta um caso, no qual o é possível observar tal interação. Com as estratégias governamentais para manipular as informações nas grandes mídias, coube aos celulares e aos aplicativos de comunicação pessoa-pessoa organizarem vizinhanças e transformarem as preferências individuais em demandas públicas. Espera-se que esse artigo contribua para o debate das práticas socioculturais e do papel da comunicação nas esferas públicas.

Palavras-chave: Práticas socioculturais. Movimentos Sociais. Smartphones. China.

INTRODUÇÃO

A China é uma grande porção de humanidade e de civilização que ainda continua, no essencial, desconhecida ao mundo ocidental, sem deixar de despertar curiosidades desde os missionários cristãos do séc. XVII até os homens de negócios de hoje.

Do ponto de vista Ocidental, a China é simplesmente o outro pólo da experiência humana. Todas as outras grandes civilizações estão mortas ou demasiadamente absorvidas pelos problemas de sobrevivência em condições externas, ou demasiadamente próximas de nós para poder apresentar um contraste tão total, uma alteridade tão completa como a China. Somente quando consideramos a China é que podemos afinal avaliar mais exatamente nossa própria identidade.

¹ Guilherme H Gooda Antonio é doutorando em Comunicação pelo PPGCOM-UNESP. Desenvolvendo pesquisas sobre as produções midiáticas do leste asiático em especial a China nos âmbitos das conexões com arte, história, política e sociedade. Atualmente leciona para o curso de Jornalismo. guilherme.gooda@unesp.br



A internet começou a se espalhar no território chinês durante a década de 1980, trazendo um grau de inovação sem precedentes. Seu impacto foi tamanho, que acabou por aglutinar outros meios de informação. Em 1996, a internet tornou-se disponível para a classe média urbana, a partir de então sua expansão continuou. Na primeira metade de 2008, a China superou os Estados Unidos em número de usuários e vários veículos de comunicação reportaram esse feito com grande orgulho, não mencionando convenientemente que a taxa de penetração na China era praticamente metade da dos Estados Unidos, com as linhas de conexões instaladas quase todas nos grandes centros urbanos da costa leste chinesa.

Nos últimos 20 anos, vimos a mídia chinesa sendo transformada em grandes conglomerados econômicos, muitas vezes alinhados com empresas multinacionais e abertos a capital estrangeiro. O acesso à internet acabou por acelerar o processo de globalização e aproximou pessoas e nações.

De maneira simultânea, as tecnologias de telecomunicações se desenvolveram paralelamente à internet, expandindo a possibilidade de utilização e a miríade de ferramentas dos smartphones, servindo inclusive como arma na organização de manifestações contra a censura e o regime autoritário.

No momento em que ressurgem todos os temores e as tentações do irracional que nos fazem oscilar entre o "perigo amarelo" e o entusiasmo pelas "sabedorias orientais", é necessário lançar base para um conhecimento autêntico, fundado na honestidade intelectual e não numa imagem deformadora que esconde e estilhaça as identidades e as certezas.

Esse artigo, busca problematizar o uso do dispositivo móvel na organização e desenvolvimento de ações políticas afastado dos grandes centros. Para tal, tratamos de um exemplo buscando demandas da zona rural gerando dados para entender como essa esfera de contrapúblico pode ou não se expressar dentro do regime chinês. Embora existam trabalhos que discutam o papel dos dispositivos móveis, pouco se sabe sobre esse uso na China continental.

METODOLOGIA

A natureza sensível dos protestos populares parece sempre dificultar o que de fato ocorre na realidade. Nenhum país, incluindo a China, está disposto a abrir para o público ou para a



academia toda a informação que eles têm sobre tais protestos. Assim, esse trabalho se configura como uma pesquisa de metodologia mista, combinando abordagens descritivas e qualitativas com informações quantitativas de publicações midiáticas sobre o evento. Esse artigo não é uma tentativa de explicar os vários fatores que causam protestos sociais, ao invés disso buscamos descrever e interpretar a extensão do uso dos celulares nesse protesto.

Para esse artigo, compilamos 5 matérias internacionais sobre o incidente chinês na zona rural de Weng'an, um distrito remoto no interior da província de Guizhou. A manifestação popular ganhou repercussão midiática no ano de 2008.

A escolha dessa manifestação se deu por dois motivos, primeiro porque o distanciamento cronológico nos permite discutir se o cenário tem se alterado ao longo dos anos, além de permitir uma visão mais extensa do ocorrido e da repercussão midiática do fato tanto local quanto global.

Considerando o impacto do evento, esse estudo de caso oferece uma visão próxima de um protesto popular e o resultado do engajamento público através da mídia móvel.

DISCUSSÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

Uma vez que o conteúdo das comunicações através de dispositivos móveis é imprevisível e não regulamentada, os smartphones assumem um protagonismo quando tratamos da capacidade de romper certos bloqueios informacionais patrocinados pelo estado. O povo chinês expandiu o uso político dos smartphones em meio as lutas por liberdade de informação, justiça social, enquanto buscam por criar uma esfera contrapública subalterna. Essas são formadas em resposta à exclusão sofrida por formas dominantes de deliberação, funcionando ao mesmo tempo como espaço de discussão e base política antagônica para os públicos mais amplos.

A concepção de que a esfera pública não é homogênea e unitária surge como uma resposta do próprio Habermas reconsiderando algumas questões de sua obra relacionadas com desigualdades, conflitos sociais, esferas plebeias, considerando ainda a diferenciação entre públicos fortes e públicos fracos, e reconhecendo a importância da cultura popular, entendendo assim a existência de diferentes esferas públicas.



Nancy Fraser (1990) apresenta diferentes relações nas variadas esferas públicas e delas com seu contexto sócio-econômico-cultural, e ao consolidar as definições de públicos fortes e públicos fracos, a autora levanta questões importantes sobre a relação entre esses públicos.

Identificando os públicos fracos como contrapúblico subalterno encaixando na definição membros de grupos sociais de mulheres, trabalhadores, negros, homossexuais e outros que historicamente constituíram públicos alternativos:

Proponho chamar esses contrapúblicos subalternos para sinalizar que são arenas discursivas paralelas onde os membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos, o que os permitem formular interpretações opostas de suas identidades, interesses e necessidades. (FRASER, 1990, p. 67, tradução nossa)

Nessa realidade aparece a importância da cultura popular e outros elementos que resistem às formas de expressão dominantes. Os subalternos dificilmente seriam ouvidos, porém eles foram capazes de falar, de diferentes maneiras, contra os discursos hegemônicos e as práticas repressivas do cotidiano. Assim, esses contrapúblicos subalternos articularam em território chinês espaços, falas, manifestações por meio de ações e “discursos ocultos” - (re)conhecer esses públicos demanda ênfase em elementos diversos da expressão humana.

Considerando a existência desses grupos em todos os agrupamentos humanos, pensemos agora a questão de democracia em território chinês e como esses grupos podem interagir.

O impacto e a implementação das tecnologias de comunicação, tanto nas democracias consolidadas, quanto nos países em desenvolvimento, gerou várias previsões sobre o potencial democrático das novas mídias digitais nos termos de criação de oportunidade de discurso e participação política. Isso pode ser até verdade para os 71,8% (648 milhões de pessoas) habitantes dos grandes centros, enquanto os outros 28,2% (255 milhões de pessoas)² que habitam na zona rural tem conexão com a internet atualmente, enquanto que no período do caso analisado

² China INternet Network Information Center (CNNIC)(2020) *Zhongguo Hulian-wangluo Fazhan Tongji Baoga* (The 45th Statistical Survey Report on the Internet Development in China <<https://www.globaltimes.cn/content/1187036.shtml>> Acessado em 1 de novembro de 2020.



neste artigo a conexão na zona rural era de apenas 17%, enfrentando limitações tecnológicas e demográficas, significando que a ciberesfera está ainda em sua infância nesses ambientes.

Além desse fator, a comercialização acabou por mover a internet para um perfil muito mais mercadológico, como discutido por Han (2018). O Baidu, por exemplo, a maior ferramenta de busca da China, originalmente pensado para dar acesso a todos os sites da web foi acusado recentemente de receber valores para suprimir notícias negativas e informações sobre tópicos sensíveis.

Devido a insuficiência de acesso e aos intensos mecanismos de controle, a Internet não pode ser considerada uma solução para os habitantes da zona rural das localidades mais pobres do interior da China. Nessas áreas remotas, os celulares funcionam como *gateways* recebendo e transmitindo dados entre as pessoas comuns em contraposição ao silêncio da mídia local ou às distorcidas informações apresentadas pelo governo. Mostra-se que o direito ao livre tráfego de informações é um direito tão importante quanto o de expressar a opinião.

Além disso, a capacidade de organização via dispositivos móveis é chave para a criação de esferas de debate, servindo com um senso de vizinhança ajudando a agregar preferências individuais em escolhas coletivas. A descentralização das informações possibilitada pelos celulares (usando números anônimos, ou VPNs) ajuda a proteger os manifestantes de serem acusados, identificados ou mesmo detidos pelo governo, apesar de hoje existirem outras formas de monitoramento, tais ainda não foram amplamente sedimentadas na zona rural. E por último, chamadas, fotos, materiais de áudio e vídeo transmitem visões de mundo sobre uma área antes isolada, alcançando visibilidade do governo central e de veículos estrangeiros, que dá força e visibilidade ao movimento.

CONCLUSÃO E RESULTADOS

O protesto discutido nesse artigo serve como exemplo para a emergência das mobilizações sociais que se originam na internet, e mostram como o reconhecimento do público sobre o uso dos smartphones como legítima arma de mobilização. Alcançando um impacto na política e na sociedade chinesa, que ainda são discutidas e servem de exemplo para novos movimentos sendo umas das raras vitórias de uma classe com pouca visibilidade no ambiente



online contra a burocracia local, práticas de favoritismo e inércia do governo frente à algumas questões. O estudo de caso demonstra que os manifestantes encontraram rapidamente maneiras de se organizarem e lidarem com as políticas rígidas de internet e programas espões.

Ao analisar o evento, percebemos que a participação não é gerada pelas instituições e nem somente pela grande esfera pública, mas ela pode partir de movimentos de contrapúblico baseada em motivações pessoais e articulada pelos dispositivos móveis.

Sob as diretrizes políticas chinesas, o público - principalmente os habitantes da zona rural - é percebido como um improvável agente de transformação, incapaz de produzir mudanças significativas na esfera pública. A comercialização de smartphones mais acessíveis financeiramente ao público, somado ao crescente discurso de opinião pública começamos a enxergar algumas possibilidades.

Assim, percebemos várias forças em embate na China e conforme o poder das mobilizações, das expressões democráticas e da participação popular aumentam. A questão dos dispositivos móveis e seu uso social ainda está em aberto na China, e esse artigo contribui para uma compreensão e visão de uma realidade ainda distante da nossa.

BIBLIOGRAFIA

CHENG, Anne. **História do Pensamento Chinês**; tradução de Gentil Avelino Tilton. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

DELLA PORTA, Donatella. '**Making the Polis: Social Forums and Democracy in the Global Justice Movement**', *Mobilization*, 10(1), 73-94. 2005

FRASER, Nancy. **Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy**, Duke: Duke University Press, 1990.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: Unesp, 2014.

HAN, Byung-Chul. **No enxame: perspectivas do digital**; tradução de Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.



LYNCH, D. 'The Nature and Consequences of China's Unique Pattern of Telecommunications Development' em LEE, C. **Power, Money, and Media**, Chicago: Northwestern University Press, 2000.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 53, p. 121-145, 2015.

SAMPAIO, Rafael Cardoso, BARROS, Chalini Torquato Gonçalves. Internet como esfera pública? Análise de usos e repercussões reais das discussões virtuais, **Estudos em Comunicação** no9, p. 161-183, 2011.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação**: criatividade e generosidade no mundo conectado; tradução Celina Portocarrero - Rio de Janeiro. Zahar, 2011.

ZHANG Weiyu. Constructing and disseminating subaltern public discourses in China. **Javnost-The Public**, v. 13, n. 2, p. 41-64, 2006.